SIMP nº 000940-0005/2020 – Interessados: Município de Cuiabá e Ernesto Meirelles

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – INTEGRAL SEM TAC – Com Resolutividade (Mov. 920469)

SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA (Mov. 921984)

1 – Trata-se de Inquérito Civil instaurado por meio da Portaria nº 10/2020, porque as exigências contidas no procedimento licitatório Pregão Eletrônico tipo Menor Preço nº 020/2020/PMC (Processo Administrativo nº 109.572/2019) realizado pelo Município de Cuiabá, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, para locação de equipamentos de armazenagem, servidores e fornecimento de solução de armazenamento de dados e espaço para armazenamento, com instalação, configuração, manutenção e equipe técnica para realizar a implantação, não promoviam ganho adicional ao objeto que se pretendia contratar, ao contrário, apenas diminuía o número de empresas participantes no certame e prejudicariam o processo licitatório, haja vista que existem inúmeras soluções para este fim no mercado, porém poucas de fabricação da própria licitante.

2 – Para instruir o feito solicitei informações e cópia dos documentos da licitação, encaminhados pela Secretaria Municipal de Fazenda (ID: 51013881) e também colhi opinião técnica (ID: 50961346) esclarecedora no sentido de que a participação de um número maior de licitantes (desde que atendidas as demais exigências do edital) fomenta a concorrência e pode fazer com que o preço final dos objetos contratados caia significativamente, sugerindo fossem retiradas do edital qualquer referência à fabricação própria de sistema de armazenamento ou Backup, pois tal exigência é prejudicial ao certame.

3 – A licitação em questão foi revogada, conforme decisão administrativa publicada no Diário Oficial de Contas nº 1938, publicado em 26/06/20 (ID: 50961346), atendendo à solicitação do subscritor da presente constante na portaria de instauração do Inquérito Civil.

4 – Diante de tal informação, considero suficientemente esclarecida a reclamação inicial e, com o acatamento da recomendação de revogação, entendo ter havido solução administrativa neste caso, já que a conduta equivocada foi corrigida assim que solicitada. A boa-fé e o desejo de gerir a coisa pública, dentro dos princípios da legalidade e moralidade foi demonstrado, pelo

menos neste caso concreto. Ademais, não foi celebrado nenhum contrato, não se tem notícia e não há nenhum indicativo no sentido de que houve prejuízo ao erário municipal.

5 – Eventual alegação de que teria ocorrido prática de improbidade administrativa, consubstanciada no art. 11 da Lei nº 8.429/92 (LIA) deve ser afastada, porque imprescindível a presença demonstrada, clara e inequívoca do DOLO. Analisando atentamente os fatos e os documentos colhidos verifico que não ficou evidenciada perfídia, má-fé e malícia, relacionada ao fato pretensamente violador da probidade administrativa. Dano e enriquecimento ilícito não houve.

O Poder Judiciário, sistematicamente, nas ações civis públicas propostas nesta Capital, bem como nos recursos interpostos, manifesta entendimento de que o bom senso deve prevalecer para que a mera irregularidade formal, que não caracteriza devassidão ou ato ímprobo, não sofra as severas punições e graves consequências da lei de combate a improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92).

Na ACP 536/2008 (Id 211548) (Geap 000952-002/2005) o Dr. Luís Aparecido Bertolucci Júnior asseverou que: ... O bem jurídico protegido pela Lei de Improbidade Administrativa é a moralidade administrativa, condicionando a postura funcional dos agentes públicos, ou seja, somente quando a conduta do Administrador for capaz de lesar, dolosamente, o patrimônio público, é que se poderá aventar a incidência da norma jurídica punitiva, funcionando como elemento repressor de tais desvios funcionais ... .

6 – Esta também é a posição do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.140.544-MG (2009/0175240-1), julgado em 15/06/2010, tendo com Ministra Relatora Eliana Calmon, que entendeu que: ... 4. Exige-se, para o enquadramento em uma das condutas ofensivas aos princípios da administração pública (art. 11 da Lei 8.429/92), a demonstração do elemento subjetivo, dolo genérico. Precedentes do STJ ... .

Consideram esses Magistrados que nem todos os atos administrativos ou omissões colidentes com a honestidade, moralidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições ensejam o enquadramento na referida lei. A má-fé, caracterizada pelo dolo, comprometedora de princípios éticos ou critérios morais, com abalo às instituições é que deve ser penalizada, abstraindo-se meros pecados veniais suscetíveis de correção administrativa. Pequenos deslizes, não comprometedores da probidade e que não lesam o erário, mesmo que oriundos de alguma irregularidade, não devem estar sujeitos a incidência da LIA, pois caso

contrário teríamos a séria insegurança de que qualquer ato que ferisse os princípios administrativos seria ato de improbidade.

No contexto em apreço, especialmente pela revogação da licitação, com atendimento à solicitação ministerial, não vislumbro dolo do agente, sendo certo que não houve enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário. A lei alcança o administrador desonesto, não o inábil, afirmam os magistrados.

7 – Pelo exposto e porque não existe necessidade de outras diligências, penso que o arquivamento é o único caminho possível. Dessa forma, promovo fundamentadamente o ARQUIVAMENTO deste inquérito civil, por solução administrativa, com fundamentação no artigo 52, incisos I e III da Resolução nº 52/2018/CSMP. Cientifiquem-se os interessados. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público para exame e deliberação sobre a presente promoção de arquivamento (art. 9º, § 1º da LACP e artigo 53 e parágrafos da Resolução nº 52/2018-CSMP).

Cuiabá-MT, 02/07/2020 – Célio Fúrio, Promotor de Justiça